

**Ministério de Minas e Energia****Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

|                                                                                   |          |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                      | <b>2</b> |
| Título: Óleo e Gás.....                                                           | 2        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....</b>                                            | <b>2</b> |
| Título: O prejuízo é nosso.....                                                   | 2        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....</b>                                         | <b>3</b> |
| Título: Após acordo, produção de petróleo cai.....                                | 3        |
| Título: Tecnologia.....                                                           | 3        |
| Título: Alta do minério de ferro impulsiona Vale e siderúrgicas.....              | 4        |
| Título: Cemig contesta veto da CVM a conselheiro .....                            | 5        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                          | <b>6</b> |
| Título: Fundos de Petrobras e Vale liberados .....                                | 6        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                             | <b>7</b> |
| Título: Brasil e Bolívia estudam usina no rio Madeira.....                        | 7        |
| Título: Governo e bancos oficiais discutem projetos de PPPs para iluminação ..... | 9        |
| Título: Plano antipoluição pode afetar aço e alumínio na China .....              | 10       |
| Título: CCEE vai assumir em maio gestão de encargos setoriais .....               | 12       |
| Título: Estudo com governo visa definir um rumo para setor de alumínio .....      | 15       |
| Título: Crise atinge consumo de produtos transformados .....                      | 16       |
| Título: Renovação de canaviais volta a crescer.....                               | 17       |
| Título: Produção reforçada de açúcar em 2017/18 .....                             | 19       |
| Título: Fundações devem levar mais R\$ 2 bi com OPA da CPFL Energia.....          | 20       |

**VEÍCULO:** O Globo**Seção:** Colunas**Autor:** Ancelmo Gois**Título:** Óleo e Gás

A situação da Odebrecht Óleo e Gás inspira cuidados.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** O prejuízo é nosso

Caso não haja novo adiamento, o governo deve definir nesta semana as regras da 14ª rodada de licitação para exploração de petróleo e gás. O debate principal, que ainda desperta expressiva controvérsia, gira em torno da política de conteúdo nacional —ou seja, o compromisso de utilização de equipamentos e serviços brasileiros.

Levada a extremos nos últimos anos, tal exigência mostrou-se ineficaz. O louvável objetivo de dinamizar cadeias locais de produção esbarrou em limites de capacidade e de investimento.

Obrigada a arcar com atrasos e preços excessivos nas suas compras, a Petrobras amargou prejuízos e malogros —nenhuma das dez plataformas adquiridas desde 2010 foi entregue no prazo; os equipamentos comprados chegam a custar 40% acima do padrão internacional.

União, Estados e municípios também sofreram com o reduzido interesse da iniciativa privada nos últimos leilões. A produção adiada acarreta a perda de empregos e de arrecadação —segundo a Petrobras, R\$ 36 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos em oito anos, entre royalties, contribuições sociais e impostos.

As regras de conteúdo nacional precisam ser repensadas, portanto. Pelas normas atuais, em alguns casos até 80% dos serviços e equipamentos são reservados a produtores brasileiros. Como nem sempre as empresas conseguem cumprir as exigências, cria-se uma situação de insegurança jurídica.

Parte do governo, representada pela área econômica, deseja voltar à prática de fixar somente metas totais mais baixas (em torno de 40%) de conteúdo doméstico, dando às empresas liberdade de escolha para cumprir o percentual.

Outros, no Planalto e nas associações empresariais, reconhecem a necessidade de mudança, mas pleiteiam regras menos genéricas. Pretendem, por exemplo, manter exigências específicas em cinco segmentos —bens, serviços, engenharia, sistemas auxiliares e infraestrutura.

Seja como for, acelerar a produção e eliminar gargalos deveriam ser as metas de toda política industrial. Para tanto, é mais vantajoso concentrar os estímulos nas cadeias em que o país possa ganhar escala e competitividade global. É preciso domar o poder dos lobbies de empresas ineficientes, que não fazem jus à proteção.

A situação de penúria em que se encontram alguns Estados produtores, além do mais, reforça o argumento de que qualquer tentativa de desenvolver a indústria precisa levar em conta os riscos e custos envolvidos, especialmente para o contribuinte.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Reuters

**Título:** Após acordo, produção de petróleo cai

LONDRES- A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) registrou mais de 90% de cumprimento a um acordo que previa cortes de produção em janeiro, segundo dados do grupo exportador divulgados ontem, o que significa que o excesso de oferta que tem pesado sobre os preços pode cair para zero neste ano.

A Opep fechou um acordo segundo o qual seus membros reduziriam a produção em cerca de 1,2 milhão de barris por dia (bpd) a partir de 1.º de janeiro.

A oferta dos 11 países da Opep com metas de produção estabelecidas no acordo caiu para 29,888 milhões de bpd em janeiro, segundo os dados de fontes secundárias que a Opep utiliza para monitorar a produção. O número representa um cumprimento de 93% dos cortes prometidos.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia / Colunas

**Autor:** Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

**Título:** Tecnologia

As empresas do setor de petróleo e gás devem investir US\$ 1,87 bilhão por ano, até 2018, em segurança cibernética e gestão de riscos, conforme estudo da Marsh & McLennan Companies com a Swiss Re. A despeito da Lava Jato, o montante reflete as mudanças na gestão das companhias, em especial à automatização do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSCs). O levantamento foi feito junto a empresas de 40 países membros do Conselho Mundial de Energia, incluindo o Brasil, e será divulgado globalmente hoje.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Cleide Silva**

**Título: Alta do minério de ferro impulsiona Vale e siderúrgicas**

Preço da commodity subiu de US\$ 41 a tonelada em janeiro do ano passado para US\$ 92,20 ontem

A alta do preço do minério de ferro, cuja cotação mais que dobrou em pouco mais de um ano, tem ajudado a puxar o desempenho do setor no Brasil, em especial da Vale, uma das maiores fabricantes e exportadoras de minério de ferro do mundo. O preço da commodity, que em janeiro de 2016 estava em US\$ 41 a tonelada seca, atingiu ontem US\$ 92,23, após alta de 5,5%. É o maior patamar em mais de três anos na cotação do porto de Qingdao, na China.

Puxada por esse ganho, a mineradora foi destaque do Ibovespa, com alta de 9,18% na Vale ON, a R\$ 35,72, maior cotação de fechamento desde 10 de janeiro de 2013 e maior alta porcentual diária desde abril do ano passado. Para o analista da Guide Investimentos, Rafael Yassuo Ohmachi, a China tem conseguido manter suas atividades relativamente estáveis, apesar dos temores de uma desaceleração econômica no país.

"A China continua recebendo estímulos do governo, principalmente no setor de infraestrutura imobiliária, altamente sensível à questão do aço e consequentemente do minério de ferro", afirma Ohmachi. O bom desempenho da Vale -e também de siderúrgicas brasileiras, como Gerdau PN (alta de 3,18%) e CSN ON (alta de 2,36%) - também se repetiu em outros mercados. Em Londres, por exemplo, os papéis da mineradora Anglo American tiveram valorização de 4,21%, os da Rio Tinto de 3% e os da Glencore subiram 2,56%.

Na visão de Ohmachi, com os preços do minério de ferro voltando aos níveis de US\$ 90 a US\$ 90, é possível que outras mineradoras, mesmo as menos eficientes em comparação à Vale, aumentem a produção e passem a oferecer preços mais baixos, reduzindo assim a cotação do produto.

Leonardo Correa, do BTG Pactual, vê o movimento de alta da cotação do minério de ferro como "exagerado". Segundo ele, houve, no lado da oferta, uma conjunção de fatores com a saída da Samarco do mercado e a desaceleração da expansão de empresas como a própria Vale, a BHP e Rio Tinto, "que estão priorizando margens em detrimento de volumes." Já do outro lado houve o choque da demanda da China, acima do esperado.

Exportações. O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, também vê um "componente de especulação" na alta recente do preço do minério. Os preços para exportação do produto saíram de US\$ 23 a tonelada em fevereiro do ano passado para US\$ 58 na semana passada, uma alta de 153%.

A especulação, em parte, viria de expectativas de que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fará grandes investimentos em infraestrutura, o que deve ampliar a demanda por aço. Para o Brasil, a alta é positiva, pois ajuda a melhorar os resultados da balança comercial. Em janeiro do ano passado, o País exportou US\$ 656 milhões em minério de ferro, o equivalente a 5,8% das exportações totais. No mês passado, o valor atingiu US\$ 1,62 bilhão, ou 10,9% do total.

Castro têm dúvidas se os preços vão continuar elevados. Caso se mantenham nesse ritmo, é possível que o superávit da balança comercial brasileira supere um pouco a previsão da AEB para este ano, que é de US\$ 51,6 bilhões, ante US\$ 47 bilhões registrados no ano passado.

"Pode até subir um pouco, mas vai depender também das importações pois, se a atividade econômica crescer, o País terá de importar mais petróleo e isso também vai afetar o resultado da balança", disse Castro.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Mariana Durão

**Título:** Cemig contesta veto da CVM a conselheiro

A Cemig está recorrendo da decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que considerou ilegal a indicação do assessor da ex-presidente Dilma Rousseff, Giles Azevedo, ao conselho da Light. O nome apresentado pela estatal mineira, que é do grupo de controle da Light, foi questionado por acionistas com base na Lei das Estatais (Lei 13.303/16).

A tese da Cemig cria uma saia justa. Ao contestar o veto à candidatura, a estatal afirma que ele afronta o decreto do governo federal que regulamentou a lei, publicado em 28 de dezembro, dia seguinte à decisão do regulador do mercado de

capitais. Para a estatal mineira, a lei federal não traz limitação às indicações de conselheiros e diretores em empresas coligadas, como é o caso da Light.

O Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, apurou que o ruído entre a decisão da CVM e o decreto assinado pelo presidente Michel Temer pode levar a discussões sobre um possível ajuste do texto, para afastar contradições. Procurada, a CVM informou apenas que "o recurso impetrado (...) encontra-se com o diretor relator Pablo Renteria para análise e decisão".

O Ministério do Planejamento diz que, até agora, há apenas uma decisão isolada da CVM, sem jurisprudência administrativa pacífica e que "as decisões da CVM têm validade tão somente para empresas de capital aberto".

Impedimento. Para afastar indicações políticas em diretorias e conselhos de estatais, a Lei 13.303 instituiu requisitos e vedações para a ocupação dos cargos. O artigo 17 impede que seja indicado para conselho de estatal quem participou de campanha eleitoral nos últimos 36 meses, caso de Giles. Apesar de a Light ser privada, os diretores da CVM acordaram que, como sociedade de economia mista, a Cemig teria de observar as vedações em indicações para investidas.

O decreto, diz a Cemig, pôs uma pá de cal no assunto ao flexibilizar as indicações da União ou de estatais em suas participações minoritárias em empresas privadas. Entre outros pontos, excluiu a proibição à indicação de ministros, sindicalistas e membros de campanhas, em direção oposta à CVM.

"Se isso é ilegal, como assume a CVM ao dizer que os requisitos nas coligadas são os mesmos das estatais, então a CVM está dizendo que o decreto federal, assinado pelo presidente da República, é ilegal", diz a estatal na petição. Como a decisão da CVM foi anterior ao decreto, a Cemig alega que, se for mantida, criará uma restrição exclusivamente a ela própria.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Simone Kafruni

**Título:** Fundos de Petrobras e Vale liberados

A liberação das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) permitirá também o resgate dos recursos que foram aplicados em fundos de ações da Petrobras e da Vale, no início dos anos 2000. Em quase duas décadas, os investimentos nesses papéis renderam bem mais que o FGTS. Em alguns anos pontuais, até mesmo a remuneração pífia do fundo, de 3% ao ano além da Taxa Referencial (TR), foi melhor. Mas, a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) reagiu e, hoje, as duas ações são recomendadas pelos analistas,

que também indicam o saque dos valores e a compra dos papéis diretamente.

O economista-chefe da Azimut Brasil Wealth Management, Paulo Gomes, explicou que as ações da Vale e da Petrobras têm flutuações inerentes ao mercado. “Hoje (ontem), a Vale ON subiu 9%, maior nível desde 2014. A Petrobras tem se valorizado muito por conta da gestão de Pedro Parente e porque deixou de ser usada pelo governo como instrumento de controle da inflação”, ressaltou.

Segundo ele, é interessante manter uma pequena parcela, entre 5% e 15%, em papéis das duas empresas, sempre lembrando que são investimentos de risco. “Atualmente, eu recomendo. Sugiro retirar do FGTS para não ficar engessado com as regras e diversificar numa carteira de ações”, disse. Entre os benefícios da compra direta de papéis está a possibilidade de receber dividendos, ou seja, ter remuneração pela propriedade dos ativos.

Para Chow Juei, gestor de recursos da Spinelli Corretora, a decisão de manter ou não os papéis de Petrobras e Vale depende da capacidade do investidor de assumir riscos. “Para o investidor mediano, aconselhamos ter uma parcela de Petrobras, porque a gestão melhorou e está num ponto de inflexão, ou seja, o papel caiu muito e a alta, agora, deve se manter, com a recuperação tanto da empresa quanto do valor de mercado dela”, explicou. Já a Vale é menos indicada pela corretora. “O preço do minério de ferro já está bastante esticado”, destacou.

Na comparação da rentabilidade desde 2002, quando a possibilidade de comprar ações da Petrobras e da Vale com dinheiro do FGTS foi criada, até janeiro de 2017, o acumulado dos papéis da Petrobras foi de 154,18% ante 367,68% da Vale e 100,24% do FGTS. Descontada a inflação do período, de 164,47%, o investimento na petroleira resultou em perda de 3,89%, enquanto a aplicação nos papéis da mineradora proporcionou ganho de 76,84%. No caso do FGTS, o que se registra é um prejuízo de 24,29%.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rodrigo Polito

**Título:** Brasil e Bolívia estudam usina no rio Madeira

Uma delegação do governo boliviano virá ao Brasil esta semana para discutir o projeto hidrelétrico binacional de Guajará-Mirim, de 3 mil megawatts (MW) de capacidade instalada, no rio Madeira, na fronteira entre os dois países. O empreendimento tem investimento estimado em R\$ 15 bilhões.

O assunto está previsto para ser tratado amanhã, durante reunião com integrantes do Ministério de Minas e Energia, em Brasília. O Valor apurou que, pelo lado boliviano, virão o ministro de Energia, Rafael Alarcón, nomeado para o cargo em janeiro, o presidente da Empresa Nacional de Electricidad (Ende), estatal boliviana do setor elétrico, Eduardo Paz, e o especialista Arturo Iporre.

Em novembro do ano passado, os governos dos dois países assinaram acordo para realizar estudos sobre o aproveitamento hidrelétrico no rio Madeira. Na ocasião, participaram do encontro, realizado em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, o presidente da Bolívia, Evo Morales, e executivos da Eletrobras e da Ende.

De acordo com informações do ministério, o que está previsto para amanhã é uma reunião, agendada previamente, do comitê técnico binacional, grupo de trabalho constituído pelos governos dos dois países para discutir o projeto. Não está prevista a assinatura de atos formais. O ministro boliviano fará uma visita de cortesia ao ministro Coelho Filho.

Além da geração de energia elétrica adicional para os dois países, a instalação da hidrelétrica binacional permitirá a criação de uma malha hidroviária de 4.200 km navegáveis e a estabilização da cota do reservatório da usina de Jirau, agregando 280 MW médios de energia à hidrelétrica brasileira. A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dona de Jirau, e o Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), auxiliam o governo brasileiro no projeto.

Em dezembro do ano passado, a ESBR assinou com a Eletrobras um memorando de entendimentos para a cooperação técnica e ambiental para o desenvolvimento de estudos para a construção de Guajará-Mirim. Na prática, o acordo permite que a ESBR dê suporte à estatal para realizar o estudo junto com a Ende.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, diferentemente do Tratado de Itaipu, firmado com o Paraguai, o acordo com o governo boliviano pode ser mais amplo e não se limitar apenas à usina de Guajará-Mirim. O documento poderá contemplar instrumentos para que a Bolívia possa exportar ao Brasil energia de hidrelétricas que venham a ser construídas integralmente em território boliviano. A demanda de energia do país vizinho é relativamente pequena, em comparação com a brasileira.

Dessa forma, o acordo também contemplaria o projeto hidrelétrico de Cachuela Esperanza, localizado no rio Beni, na Bolívia, um dos afluentes do Madeira. O projeto terá 600 MW de capacidade instalada.



Ainda de acordo com a fonte, uma prova do interesse do governo boliviano pela integração energética com o Brasil foi a criação, neste ano do Ministério de Energia, separado do Ministério de Petróleo e Gás Natural (Hidrocarburos). Um ponto importante que ainda precisa ser equacionado com relação ao projeto, porém, é a estrutura de financiamento.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rafael Bitencourt

**Título:** Governo e bancos oficiais discutem projetos de PPPs para iluminação

A coordenação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) chamou os bancos federais ontem para discutir como viabilizar projetos de parcerias com o setor privado que poderão atrair investimentos para o serviço municipal de iluminação pública.

Representantes do Banco do Brasil, Caixa e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram à Secretaria Geral da Presidência, comandada pelo ministro Moreira Franco, para definir o que precisa ser feito para assegurar o financiamento e a participação do setor privado.

O serviço de iluminação pública não havia sido incluído na primeira lista de projetos do PPI, lançada no ano passado. Os únicos projetos que envolvem a atribuição dos municípios foram os do setor de saneamento básico.

Até o fim de 2014, boa parte da rede de iluminação pública estava sob responsabilidade das distribuidoras de energia. A mudança ocorreu porque a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) exigiu que todos os ativos fossem transferidos para as prefeituras, como define a legislação. Desde então, a avaliação dos bens de iluminação pública deixou de compor a bases de remuneração das concessionárias.

As parcerias pretendidas deverão ser construídas diretamente com as prefeituras. A diretora de infraestrutura e sustentabilidade do BNDES, Marilene Ramos, disse ao Valor que o governo tem usado como parâmetro as análises feitas pelo Banco Mundial para o Brasil. Um estudo do banco indicou que 140 municípios brasileiros poderiam despertar o interesse de empresas para futuras parcerias público-privadas (PPPs) com os municípios. Segundo ela, essas cidades respondem por 40% dos pontos de iluminação pública do país.

"Reunimos todos aqueles com iniciativas em financiamento de parcerias público-privadas. Na área de iluminação pública, a conversa passa pela definição de um modelo que seja sustentável, para que as prefeituras possam fazer contratos em

condições adequadas e esses projetos sejam financiáveis", disse a diretora do BNDES.

A expectativa gira em torno do ganho de eficiência nas redes públicas de energia, com a instalação de equipamentos mais modernos, incluindo o uso massivo de lâmpadas de consumo reduzido com tecnologia de LED. A chegada da nova tecnologia deverá reduzir drasticamente o consumo e os custos de operação e manutenção.

Nas PPPs, a atração do setor privado viria da possibilidade de assegurar ganhos de receita após a cobertura dos investimentos considerados mais pesados da fase inicial dos contratos. Marilene disse que a maior incerteza dos projetos está relacionada à possibilidade de mudança, por decisão do município, da taxa de iluminação pública durante o período de contratação.

"A questão da taxa de iluminação pública é fundamental para obter uma fonte de financiamento. Aí entra a necessidade de um marco regulatório adequado. Assim, a empresa que entrar não terá a previsibilidade de receita ameaçada", disse Marilene.

O governo federal pretende definir um modelo padrão de contrato para iluminação pública que possa ser usado por diferentes prefeituras. A diretora do BNDES considera que, havendo a confirmação do interesse do setor privado em assinar os contratos com as prefeituras, a política industrial do país também será "alavancada" na área de eletrônica embarcada.

O coordenador de operações infraestrutura do Banco Mundial, Paul Procee, avalia que será possível atrair empreendedores e diferentes fontes recursos para modernizar a iluminação pública do país, se o governo conseguir estruturar projetos de qualidade. "Para viabilizar novos tipos de financiamento, é preciso garantir o fluxo de caixa do projeto, fazer com que as receitas das alienações públicas cheguem realmente ao concessionário", disse.

Procee também participou da reunião na Presidência da República. Ele entende que, ao fazer um ajuste necessário na receita dos projetos, a demanda por recursos públicos para financiamento se tornará menor. "Se blindar o projeto nesse aspecto, você cria as garantias necessárias e aí o governo não precisará mais financiar tudo de antemão", afirmou.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Internacional

**Autor:** Meng Meng e Josephine Mason | Reuters

**Título:** Plano antipoluição pode afetar aço e alumínio na China

A China poderá forçar produtores de aço e alumínio a cortar a produção, além de banir o carvão de um de seus principais portos e fechar algumas fábricas de fertilizantes e produtos farmacêuticos. As medidas fazem parte de um plano do governo chinês de intensificar o combate à poluição do ar, segundo um esboço do projeto.

O Ministério da Proteção Ambiental (MPA) propôs as medidas, às quais a Reuters teve acesso. Se implementadas, serão alguns dos passos mais radicais até agora para enfrentar o problema da poluição.

A iniciativa surge depois dos piores problemas enfrentados em anos no nordeste da China, onde as emissões de indústrias pesadas, a queima de carvão no inverno e o aumento do transporte deixaram as maiores cidades, incluindo Pequim, cobertas por uma grossa camada de poluição.

O documento prevê reduzir a capacidade de produção de aço e fertilizantes em pelo menos à metade, e a capacidade de produção de alumínio em pelo menos 30% em 28 cidades de cinco regiões, do fim de novembro até o fim de fevereiro. Em julho, o plano impediria Tianjin, um dos portos mais movimentados do país, de embarcar carvão, com o procedimento sendo desviado para Tangshan, 130 km ao norte, o que transferiria o transporte de grandes volumes de carvão de caminhões para trens.

O porto de Tianjin, o segundo maior da China em volume de carga, é o principal centro de comercialização de 100 milhões de toneladas de carvão transportado por via marítima e carvão doméstico que segue da Mongólia Interior para o sul, segundo o documento.

Com base nos cortes de três meses, as medidas reduziram a produção anual total de aço da China em 8%, e a de alumínio em 17%, segundo cálculos da Reuters. Uma fonte disse que o esboço do plano já foi enviado para governos locais e empresas envolvidos, à espera de uma reação. O governo não quis comentar o plano.

Não se sabe quando o governo deverá decidir sobre a implementação do plano, um dos mais radicais desde que começou a ofensiva contra a poluição, há três anos.

Se adotadas, as medidas provavelmente devem elevar os preços do alumínio e aço, que vêm sendo estimulados pelos esforços da China de eliminar excesso de capacidade e limpar setores poluentes.

Destacando a dificuldade de fazer cumprir essa política, a ONG Greenpeace disse ontem que a capacidade de produção de aço da China na verdade aumentou em

2016, depois que um importante programa de fechamento se concentrou em fábricas já ociosas.

Mesmo assim, cortes prolongados na capacidade vão reacender o temor com a demanda por matérias-primas, como o minério de ferro e o coque. As medidas também deverão gerar transtornos para as empresas de serviços públicos, mineradoras e o comércio, uma vez que elas vão buscar rotas alternativas e estocar carvão.

"Acho que essas propostas são muito radicais. O governo não considerou a fundo as consequências prováveis e soluções para que elas funcionem", diz um negociante de carvão baseado na China.

As cinco regiões incluídas estão entre as mais povoadas e mais afetadas pela poluição do ar: Pequim, a cidade portuária de Tianjin e a província vizinha de Hebei, além de Shandong, Shanxi e Henan. Elas respondem por um terço da produção de aço da China, enquanto que Hebei, Henan e Shandong são as três maiores regiões produtoras de alumínio, respondendo por cerca de 70% da produção total.

O plano surge no momento em que regiões do norte da China se preparam para mais poluição pesada nesta semana. Ontem, a imprensa estatal informou que cidades em três "vias" poluidoras foram orientadas a cortar emissões.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia e Rodrigo Polito

**Título:** CCEE vai assumir em maio gestão de encargos setoriais

A partir de maio, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assumirá uma nova atribuição: a gestão das contas de encargos setoriais, com um orçamento bilionário, substituindo a Eletrobras.

A CCEE vai administrar o orçamento de R\$ 13,9 bilhões da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo setorial que tem a função de prover recursos para o custeio de políticas públicas do setor elétrico. Desde 2013, a CDE inclui também os recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Reserva Global de Reversão (RGR).

A mudança foi bem recebida pelos agentes do setor elétrico. A gestão da Eletrobras foi sempre questionada, por motivos como falta de transparência e suposto conflito de interesses da estatal na administração dos recursos.

Atualmente, a Eletrobras discute com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a necessidade de devolver um montante histórico de cerca de R\$ 2 bilhões, referente a recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) que foram apropriados indevidamente pela empresa na qualidade de gestora das contas. O valor atualizado supera R\$ 7 bilhões.

"No momento em que migrarem para a CCEE, a câmara vai se responsabilizar pelas contas. Sobre o passado, cabe à Aneel", disse Rui Altieri, presidente do conselho da câmara. A CCEE está na fase de mapear processos e criar seus próprios sistemas para a gestão dos recursos. "Essa fase está andando muito bem. Nos dá segurança de que as contas vão migrar de maneira tranquila e sem sobressaltos", afirmou. A câmara também contratou uma empresa para fazer auditoria nas contas, para evitar problemas no futuro.

Essa será mais uma das novas tarefas da CCEE, criada em 2004 como uma entidade privada sem fins lucrativos com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica no país.

Hoje, sua atuação vai além da operacionalização de leilões de energia e gestão de contratos do mercado regulado e do mercado livre. A CCEE é gestora da conta das bandeiras tarifárias e também da conta ACR, criada para cobrir as despesas das distribuidoras com desconstrução involuntária.

"Na nossa gestão, vamos arrecadar e pagar de acordo com o comando da Aneel, que vai definir para onde serão destinados os recursos", disse Altieri. As contas terão orçamento próprio, sem contaminação com a CCEE.

A contaminação de recursos é um dos problemas que a Eletrobras enfrentou. Segundo a Aneel, a apropriação de recursos da RGR pela estatal aconteceu quando a companhia não repassou totalmente os montantes resultantes de amortizações de saldo devedor de financiamentos feitos pelos agentes.

A estatal também é alvo de outro processo na Aneel, que determina o ressarcimento de cerca de R\$ 600 milhões pagos a mais a um grupo de empresas - parte delas subsidiárias da própria Eletrobras - como indenizações pela adesão à renovação antecipada de suas concessões em 2012.

"A Eletrobras tinha um conflito de interesse. Ao mesmo tempo em que era gestora, emprestava recursos para as suas empresas com juros subsidiários", disse Edvaldo Santana, presidente da Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia elétrica e ex-diretor da Aneel.

Segundo Santana, ainda que a CCEE tenha interferência do governo, é uma entidade independente. "Por isso, pode dar uma gestão melhor para os fundos do setor elétrico do que a Eletrobras."

A mudança também se encaixa com os planos da própria Eletrobras. Em entrevista recente ao <strong>Valor</strong>, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, disse que a transferência da gestão dos recursos está em linha com sua estratégia de focar nas atividades de geração, transmissão e comercialização de energia.

"Tudo que não é foco, como o tema da distribuição e o tema dos fundos [setoriais], imediatamente tomamos providência de anúncio. No caso das distribuidoras, [anunciamos decisão] de privatização. E no outro foi exatamente nós sairmos dos fundos setoriais, etc, coisa que vai acontecer neste primeiro quadrimestre", disse Ferreira.

A mudança na gestão dos fundos foi estabelecida pela Medida Provisória (MP) 735, convertida na Lei 13.360 de 2016. Segundo a Eletrobras, a CCEE iniciou as tratativas junto à empresa em agosto, por meio de reuniões técnicas e workshops, com o intuito de apresentar os processos envolvidos na gestão de cada fundo e também as práticas contábeis adotadas pela companhia.

Atualmente, dez funcionários da Eletrobras estão alocados na gestão dos fundos setoriais, sendo dois de nível gerencial. Após a transferência da gestão desses fundos setoriais para a CCEE, a equipe deverá ser realocada em outras atividades da Eletrobras. A CCEE está montando sua própria equipe.

## Contexto

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada em 2002 com o objetivo de prover recursos para o custeio de políticas públicas do setor elétrico, como promover universalização do serviço de energia elétrica no país e conceder descontos tarifários a usuários de baixa renda. Em 2013, a Lei 12.783 (de conversão da MP 579) alterou a CDE, que passou a incorporar também a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e a Reserva Global de Reversão (RGR). A principal fonte de recursos da CDE é por meio da tarifa de energia - paga por todos os consumidores.

A CCC, criada originalmente em 1973, tem a finalidade de custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados, subsidiando o uso de combustíveis fósseis. Dessa forma, o custo de geração termelétrica nesses lugares acaba sendo custeado por todos os consumidores.

A RGR, por sua vez, foi criada em 1957 para cobrir indenizações por ocasião da extinção de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Estudo com governo visa definir um rumo para setor de alumínio**

Indústria, governo e associações estão preparadas para definir qual o melhor futuro para o setor de alumínio no Brasil. Um acordo de cooperação técnica assinado entre a Associação Brasileira do Alumínio (Abal) e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) no fim de dezembro ganha corpo. Busca, agora, formular um estudo que indique o caminho para a cadeia produtiva do metal no país: foco na área primária, em manufaturados, ou em todos os elos.

"Desde o ano passado, percebemos que o mercado de alumínio estava mudando tanto e tão rapidamente no mundo, dos pontos de vista de tecnologia, principais produtores e consumidores, que se não parássemos para identificar tendências e como elas chegariam ao Brasil, provavelmente teríamos de correr atrás de uma realidade que não seria a nossa", diz, em entrevista ao Valor, o presidente da Abal, Milton Rego.

O estudo final, intitulado "Rota Estratégica da Cadeia Brasileira do Alumínio 2030", servirá como uma espécie de guia para que o setor se oriente nesse caminho. A fase de implantação de investimentos e medidas sugeridas virá depois, e ainda não está claro qual será o papel do governo no custeio desse planejamento.

Até agora, o que ocorreu foi uma conversa para sensibilizar os impactados pela cadeia, um levantamento dos ativos e o mapeamento macroeconômico e de tendências do setor. O próximo passo será a realização de painéis de discussão com especialistas sobre o assunto. Em seguida, avançar os temas com presidentes das empresas e avaliação de potenciais cenários. E, identificadas as dificuldades, como contorná-las no Brasil.

A secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Mdic diz que é importante criar uma visão conjunta de futuro entre o governo e o setor privado. "Acreditamos na capacidade de recuperação da cadeia do alumínio e apoiamos iniciativas com essa intenção", afirma, em nota.

Atualmente, as empresas associadas à Abal atuam desde a mineração da bauxita, matéria-prima do metal, até a confecção de produtos finais feitos de alumínio. Segundo balanço de 2015, o último disponível, o setor como um todo faturou R\$ 56,4 bilhões, 5% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do país. São 494,7 mil empregos, 23% diretos, um número em queda por conta dos fechamentos de capacidade.



A Alcoa desligou fundições e a Novelis paralisou uma fábrica de alumínio primário, por exemplo. Na maior parte, os cortes se deram nas áreas primárias.

No caso da bauxita, tanto produção como consumo interno e exportação vêm subindo, mas para a alumina, que é o meio do caminho entre o mineral e o metal, o consumo está em queda - cerca de 30% nos últimos três anos. A produção de metal primário se recuperou no segundo semestre e terminou 2016 em alta de 2,7%, mas no caso de transformados já houve queda em 2015, de 8%.

Para Milton Rego, a tendência é que cada vez menos as empresas sejam integradas. Se concentrar em um dos elos da cadeia do alumínio tem provado, ao redor do mundo, que a prática garante mais rentabilidade às companhias. Esse setor mais fragmentado ainda concorre com a China, que nesta década se consolidou como a grande protagonista e formadora de preço do mercado.

"A pergunta de um milhão de dólares, e que vamos tentar responder, é se de fato vale a pena investir em áreas primárias. Mas no geral, o aumento de competitividade da cadeia é muito importante e vamos pensar setorialmente em estratégia e desenvolvimento", diz o executivo. "Um segundo momento será o de tornar o país atrativo para o investimento, retendo e trazendo empresas interessadas. É aí que entra a política pública e a importância do envolvimento do Mdic."

Uma das grandes reclamações históricas das produtoras de alumínio, e que o envolvimento do ministério pode ajudar, é o custo de energia. Eletrointensiva - para ser competitiva em âmbito global ou até mesmo ser atrativa em operações no país -, a indústria pede que os custos com eletricidade pesem menos em seus balanços. "O fato de o governo estar conosco já é um grande passo", afirma Rego.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Renato Rostás

**Título:** Crise atinge consumo de produtos transformados

A Abal vê sinais ainda muito fracos tanto da recuperação econômica no Brasil como do mercado de alumínio durante 2017. Até agora, uma projeção formal para o ano não foi montada. A entidade trabalha com uma perspectiva de manutenção da tendência dos últimos anos.

Em 2016, até setembro, que é o último dado levantado pela Abal, o consumo de produtos de alumínio caiu 9,3%, ante igual período do ano anterior, para 906,5 mil toneladas. A maior baixa foi na construção, de 22,9%. Apenas o segmento de energia - que usa cabos e fios - subiu, com 0,2%.



"A grande questão é quando chega de fato a recuperação da nossa economia", comenta Milton Rego, presidente da entidade. "Tínhamos uma expectativa de que no último trimestre de 2016 a percepção já fosse mais clara da retomada e isso simplesmente não aconteceu." Para o executivo, há ainda o problema de que o atual verão não está quente o suficiente, o que tem deprimido o consumo de embalagens de alumínio - latas, principalmente de bebidas, e no Sudeste. Por conta disso, o segmento demora ainda mais para engatar crescimento relevante.

Mas como a demanda por esse produto está ligada à renda, qualquer sinal de inflexão no nível de desemprego, por exemplo, poderia mexer quase que instantaneamente no consumo, afirma Rego. Nesse caso, além das latas, também entram embalagens de alimentos industrializados.

O segundo setor que pode obter aumento mais expressivo no ano é o de transportes. "No ano passado, foi uma área que encolheu demais, especialmente de carga - rodoviária e ferroviária. E esse setor é grande consumidor de alumínio", diz.

No caso da construção civil, a perspectiva é ruim. Como o alumínio geralmente é utilizado no acabamento das obras e em decoração, é apenas no segundo ano após as entregas de imóveis que se vê a procura pelo metal. "Não estamos nem no primeiro ano de recuperação do setor. Não é algo para 2017", garante Rego.

Contudo, a Abal vê, no longo prazo, forte potencial no setor de transportes. Ele lembra que, há uma década, por exemplo, Europa e Estados Unidos encontravam-se em um consumo do metal semelhante ao brasileiro, e a demanda por transportes foi exatamente a que cresceu mais desde então.

"Eu vejo o Brasil como bastante competitivo com a concorrência internacional quando se fala de matérias de maior conteúdo tecnológico. Hoje, o que precisamos importar é, na verdade, produtos com baixo teor, ligas sem grandes especificações."

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas / Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos

**Título:** Renovação de canaviais volta a crescer

A renovação dos canaviais, fundamental para impedir o envelhecimento das plantas e, conseqüentemente, a deterioração dos índices de produtividade em campo, tem começado a se recuperar no Centro-Sul. Além de as usinas terem começado a investir um pouco mais em atualizações em sua área industrial,

também estão aumentando seus aportes na área agrícola estimuladas pelos preços sustentados de açúcar e etanol e do clima mais favorável.

No ano passado, 13,7% da área canavieira da região foi replantada, consumindo investimentos acima de R\$ 1 bilhão, afirmou Antonio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Em 2015, apenas 10% da extensão de cana do Centro-Sul havia sido renovada, um dos piores índices da história, que ainda refletia a baixa capacidade de investimento do setor.

O nível de renovação das lavouras ainda está distante do patamar considerado adequado para evitar o envelhecimento dos canaviais, de 18%, mas deve se aproximar desse nível neste ano, quando se espera que 17% dos canaviais sejam reformados, segundo Pádua.

Os investimentos do ano passado vão se refletir na safra 2017/18, que começa oficialmente em abril, mas apenas essa recuperação não é garantia de que a produtividade vá melhorar. No ano passado, a produtividade média ganhou impulso com a moagem de cana remanescentes da safra anterior ("bisada"), mas a próxima safra não terá essa oferta de cana.

Além disso, muitas empresas tiveram problemas com o plantio por causa de questões climáticas, como as geadas que ocorreram no último inverno, e acabaram mudando o calendário de colheita e semeadura. Como consequência, cresceu o plantio de variedades menos produtivas, que têm ciclo de maturação de um ano e rendem menos que as variedades que ficam maduras em um ano e meio.

Esses pés de cana mais produtivos, plantados entre novembro e março, chegam a ter índice de produtividade acima de 120 toneladas por hectare em seu primeiro corte, enquanto a cana plantada entre maio e junho ("cana de inverno") e a semeada entre agosto e setembro, que amadurece em um ano, tem produtividade em torno de 90 toneladas por hectare no primeiro corte.

Em geral, as usinas renovam 10% de seus canaviais com as variedades mais produtivas, enquanto os outros 8% reservados para a renovação das lavouras são divididos entre as variedades menos produtivas. Contudo, as geadas do ano passado levaram ao replantio de algumas áreas antes do tempo previsto e uso maior das variedades menos produtivas, que representaram metade da extensão renovada, segundo Pádua.

O diretor da Unica observou, porém, que no ano passado as geadas atingiram cerca de 40% do canavial do Centro-Sul, derrubando o teor de sacarose na cana (ATR) e a produtividade por hectare, já que as usinas tiveram que realizar a colheita antecipadamente.

Willian Hernandez, sócio da consultoria FG/A, afirma que o aumento do plantio de variedades de ciclo mais curto, que já ficarão prontas para colheita na próxima safra, também é reflexo da perspectiva otimista para os preços de açúcar e etanol neste ano. "Isso foi feito tanto pelas usinas com mais restrições de caixa como com menos. O fato é que o caixa melhorou em geral", afirmou Hernandez.

Em recente apresentação à imprensa, Plínio Nastari, presidente da Datagro, disse que os índices de produtividade do início da safra 2017/18 não serão tão altos quanto o usual, refletindo a falta de chuvas em março do ano passado e as geadas no inverno. Já do meio para o fim da safra, o rendimento deve se recuperar. Na média da temporada, a colheita deve ficar em 79 toneladas por hectare, ligeiramente abaixo do que na safra atual, estimou Nastari.

Neste verão, as usinas têm retomado o plantio das variedades de cana de um ano e meio de maturação, o que deve se refletir apenas na temporada 2018/19. Se esse plantio avançar até março, pode haver uma área menor disponível para ser colhida na próxima temporada, que já deve ser menor por causa da falta de cana bisada.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor: Camila Souza Ramos**

**Título: Produção reforçada de açúcar em 2017/18**

Investimentos feitos pelas usinas para permitir o maior direcionamento de cana para a fabricação de açúcar devem elevar em 4,7% a capacidade de produção da commodity no Centro-Sul na safra 2017/18 na comparação com o ciclo atual. Dessa forma, a região poderá produzir até 257 mil toneladas de açúcar por dia, segundo estudo da consultoria FG/A.

Esse crescimento de capacidade de fabricação de açúcar reflete a remuneração mais elevada oferecida pela commodity em relação ao etanol (prêmio), desde novembro de 2015, com o início da primeira safra internacional com déficit de oferta após anos de superávit.

Atualmente, o prêmio do açúcar sobre o etanol para as usinas está acima de 10%, mas já chegou a 30% em meados do ano passado. No fim de 2016, os preços do etanol ganharam impulso conforme as usinas encerravam a safra. A oferta, que já era restrita, ficou ainda mais escassa.

A última vez em que houve investimentos em expansão de capacidade de fabricação de açúcar foi entre 2010 e 2012. Em 2010, o açúcar chegou a remunerar as usinas quase 40% a mais do que o etanol.

A consequência do aumento da aposta em açúcar é a redução da oferta de etanol. "O que com certeza vai ter [na safra 2017/18] é quebra relevante na produção de etanol. Porque há consenso que vai haver migração para o açúcar", diz Gustavo Correa, sócio da FG/A.

Na safra 2016/17, a produção de açúcar até a segunda quinzena de janeiro já batia o recorde com 35,2 milhões de toneladas, enquanto a de etanol somava 25 bilhões de litros, recuo de 8%, segundo a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Outra consequência deverá ser um novo aumento do mercado de etanol anidro (misturado à gasolina) em detrimento do etanol hidratado (que abastece diretamente os tanques). Se a oferta do hidratado for mais restrita, os preços do biocombustível serão ainda menos competitivos, favorecendo a migração para o consumo de gasolina.

Com isso, deve crescer a demanda por etanol anidro. "Devemos ter prêmios superiores para o etanol anidro na próxima safra", avalia Correa. Atualmente, os contratos de etanol anidro oferecem remuneração cerca de 12% maior do que os contratos de etanol hidratado.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Finanças

**Autor:** Juliana Schincariol

**Título:** Fundações devem levar mais R\$ 2 bi com OPA da CPFL Energia

A venda do controle da CPFL Energia colocou R\$ 8,4 bilhões no caixa dos fundos de pensão que faziam parte do acordo de acionistas da companhia. Agora, com a oferta pública de aquisição de ações (OPA) da empresa que estão nas mãos de minoritários, o montante deve aumentar em cerca de R\$ 2 bilhões.

Além das ações que eram do bloco de controle da CPFL Energia, cuja venda foi concluída em janeiro para a chinesa State Grid, as fundações têm participações remanescentes na companhia. Por isso, podem vendê-las na oferta que será feita aos minoritários para que eles tenham o direito de se desfazer de seus papéis sob as mesmas condições dadas aos controladores - o chamado "tag along". AOPA ainda não tem data marcada.

Metade desse montante virá dos papéis em circulação da holding Bonaire, de que fazem parte Petros (Petrobras), Sabesp (Sabesp), Funcesp (elétricas do Estado de São Paulo) e Sistel (funcionários do antigo Sistema Telebrás). Outro fundo de pensão com participação na empresa é a Previ, que deve levantar pouco mais de R\$ 1 bilhão com a operação.

Os fundos estavam no bloco de controle desde a privatização da CPFL em 1998. No fim de janeiro, a participação majoritária foi transferida à State Grid, em uma operação que totalizou R\$ 14,19 bilhões. A chinesa assumiu as ações que pertenciam à Camargo Corrêa, Previ e Bonaire, com 54,65% da empresa. O preço pago à vista foi de R\$ 25,51 por ação.

Considerando esse o valor na OPA, a Previ levantaria R\$ 1,141 bilhão com a venda de 44,7 milhões de ações que ainda tem (9,69% dos papéis em circulação). Com a venda de sua parte no controle, a fundação já recebeu R\$ 5,133 bilhões.

A Previ informou que a transação contribuiu para diminuir o déficit de 2015 (os dados de 2016 só serão divulgados em março) e aumentar a liquidez do Plano 1, que concentra pagamento significativo de aposentadorias.

No caso dos fundos que fazem parte da Bonaire, os cálculos dos valores a ser recebidos foram feitos por Stael Prata, presidente da Sistel. Segundo ele, o fundo dos funcionários da antiga Telebrás deve embolsar R\$ 300 milhões no "tag along", depois de já ter recebido R\$ 945 milhões com a venda dos papéis atrelados ao bloco de controle. A Sistel pretende usar o dinheiro para reforçar o caixa.

"No caso da Sistel, temos um plano que é 100% maduro, só tem aposentados. Fizemos uma aquisição de títulos públicos pouco antes da operação e estamos recompondo este caixa agora", disse Prata ao Valor.

A Petros recebeu R\$ 668,3 milhões com a venda da fatia de 2,57% no controle da empresa de energia. Segundo a fundação, o montante vai "gerar liquidez" para o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), o mais deficitário e que tinha cerca de 80% dos papéis da fundação. A fundação ainda tem ações livres da CPFL, por meio do fundo Energia São Paulo, e possui 22,78% das cotas.

A Sabesprev, que possuía a menor fatia, recebeu R\$ 17,77 milhões. Com a OPA, a entidade estima receber mais R\$ 5,6 milhões. Na Funcesp, a fatia correspondia a R\$ 1,6 bilhão. Os recursos serão alocados de forma parecida à distribuição do seu patrimônio atual.

**MME / ASCOM .**